



SEXUALIDADES, INTERSECÇÕES E CIDADANIA EM UM ENCONTRO DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS NO SUL DO BRASIL.

Glauco Ferreira¹

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – PPGAS/UFSC.

Apresentação

A articulação entre categorias tais como gênero, sexualidade e intersecções identitárias podem resultar num interessante instrumental analítico quando se trata de abordar e problematizar questões em um encontro de travestis e transexuais. No caso presente utilizei-me aqui destes instrumentais conceituais para analisar algumas questões referentes ao campo da saúde e da cidadania, de modo a abordar brevemente algumas das dinâmicas de um evento do qual participei, o VII Encontro Regional Sul de Travestis e Transexuais, organizado por duas ONGs no sul do Brasil no ano de 2010. Na ocasião Investigava tal evento como parte de um contexto de pesquisa etnográfica mais ampla², relacionado a outras questões que norteavam minha pesquisa sobre a Parada da Diversidade em Florianópolis.

O encontro revelou-se um fértil campo para investigação de outras questões que corriam paralelamente à minha pesquisa sobre a Parada da Diversidade e que também me interessavam. Resolvi assim, a partir desta experiência localizada, abordar aqui questões relativas a gênero e sexualidades, relacionando-as a alguns debates sobre saúde e cidadania. As dinâmicas do evento auxiliam na reflexão realizada sobre corpos e sujeitos configurados nas margens da heteronormatividade, que questionam, de certo modo, algumas das convenções existentes no modelo de saúde pública no Brasil. Enfoca-se assim o processo de “conversão” das travestis e transexuais em “cidadãos” através de sua adesão ao SUS, a partir de políticas para prevenção de DST/AIDS.

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – PPGAS/UFSC, como bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq. Compõe o grupo de pesquisa TRANSES – Núcleo de Antropologia do Contemporâneo, sob orientação e coordenação da professora Dra. Sônia W. Maluf. Contato: glaucoart@gmail.com / www.glaucoferreira.com

² Devido ao contato com as lideranças de uma das ONGs em Florianópolis, que organizava o encontro, tive a oportunidade de participar deste evento. O contato inicial com esta ONG se deu por meio da minha pesquisa de Mestrado em Antropologia Social (PPGAS/UFSC) que enfoca a Parada da Diversidade na cidade de Florianópolis, abordando aí as relações entre o Empresariado GLBT na região, que organiza a Parada, com o Ativismo LGBTTT naquele contexto.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

Sem intencionar realizar um relato etnográfico mais extenso a respeito do encontro, busca-se somente focar alguns dos conteúdos presentes nos relatos das ativistas e participantes durante o evento, evidenciando algumas das limitações do modelo de cidadania implicado nas políticas públicas específicas para esta população através do sistema de saúde público no Brasil. As limitações destes discursos e também as limitações das políticas públicas em vigor são articuladas a partir de um debate contemporâneo sobre gênero, sexualidades e intersecções identitárias buscando auxiliar, de modo indireto, para o entendimento deste contexto social e sobre o processo de formulação de políticas públicas em nosso país.

Tendo em conta as dimensões reduzidas em que se desenvolvem artigos, intencionalmente não incluí as extensas falas das participantes, optando assim por enfatizar, por meio de minha narrativa ao longo do texto, as idéias mais gerais presentes em seus discursos ao longo do encontro. Não se pretendeu assim utilizar os conteúdos de suas falas de modo que possam ilustrar um contexto etnográfico, mas somente pensar em analisar o que veio do campo a partir das teorias de gênero e sexualidade, que serão abordadas ao longo do trabalho de forma mais aprofundada. Assim, como dito, o que segue não intenciona ser “altamente” etnográfico, mas sim analítico de algumas dos conteúdos das falas, a partir de alguns fragmentos e situações observadas num contexto etnográfico mais amplo e que mereceria certamente um texto a parte.

Dinâmicas do encontro: sobre ser “travesti” e/ou “transexual”

Durante quatro dias do mês de abril de 2010 ocorreu em um hotel numa cidade no interior de Santa Catarina o VII Encontro Regional Sul de Travestis e Transexuais³, o qual se constituiu como a reunião regional e como um dos fóruns do que vêm se formalizando como um movimento nacional de travestis, transexuais e transgêneros. Uma das instâncias de discussão política deste nascente movimento vem se consolidando em torno de um encontro nacional, o ENTLAIDS⁴, que ocorre anualmente

³ O cartaz de divulgação e a programação do evento estão disponíveis no Blog “TRANSponto barreiras”: <http://www.transpondott.com.br/blog/blogs/blog5.php/2010/04/05/vii-encontro-regional-sul-de-travestis-e-transexuais-abril-2010>, acessado em 20 de maio de 2011.

⁴ Encontro Nacional de Travestis e Transexuais que Atuam na Luta e Prevenção à AIDS. XVI ENTLAIDS ocorreu no Rio de Janeiro sendo organizado pela ASTRA RIO (Associação de Travestis e Transexuais do Rio de Janeiro) entre os dias 06 e 10 de dezembro de 2009. Cartaz e convocatória do encontro no endereço eletrônico da ASTRA



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

em diferentes regiões do Brasil, escolhidas na ocasião de realização das edições anteriores do evento. O encontro regional sul cumpriria sua função, segundo suas organizadoras (neste encontro duas ONGs, uma de Florianópolis e outra da cidade em que se realizava o evento) como espaço para discussão das questões específicas sentidas pelas Travestis, Transexuais e Transgêneros da Região Sul (constituída como a regional que agrega os estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul) podendo sintetizá-las num documento que transmitisse, no próximo ENTLAIDS de 2010, os debates entre as participantes e ativistas do sul do Brasil.

Segundo as concepções de minhas interlocutoras, fortemente comprometidas e engajadas com as esferas do ativismo, os encontros regionais, que ocorreram após o encontro nacional de 2009, eram formas de difusão e materialização das políticas discutidas no contexto nacional de debates que permeiam o ENTLAIDS. Assim, já com algumas das pautas e questões ali acumuladas em função do encontro nacional, do qual algumas das participantes e palestrantes tinham feito parte, as travestis e transexuais organizadoras do Encontro Regional Sul formularam um conjunto de problemáticas que permitiram que todos os debates importantes fossem realizados. Para que estes debates pudessem ser contemplados foi adotado um formato que definia também a forma de funcionamento do encontro: o estabelecimento, na programação, de “conversas afiadas” que contemplaram as discussões sobre saúde, o combate à epidemia de AIDS, o direito ao nome social das transgêneros, as políticas para o combate da “transfobia”, o acesso das travestis à educação e previdência públicas e diversas outras questões que faziam parte da pauta e que refletiam o cotidiano das “transgêneros” de um modo mais geral.

As “conversas afiadas” se assemelhavam ao formato de mesas redondas, onde as participantes da mesa respondiam as questões que eram formuladas pelo público presente no auditório. Podia-se notar uma problemática bastante presente nos discursos das ativistas (tanto aquelas que estavam na mesa, quanto das militantes que estavam no auditório fazendo perguntas) que dizia respeito à garantia de um “atendimento humanizado”⁵ às travestis e transexuais nas unidades de saúde. Este atendimento diferenciado consistia em que elas pudessem ser atendidas pelo nome social que

RIO: <http://associacaodastravestisetranssexuaisrj.blogspot.com/2009/10/ficha-de-inscricao-xvi-encontro.html>, acessado em 20 de maio de 2011.

⁵ “Tratamento humanizado” era a maneira como as participantes do encontro se referiam a um atendimento médico que pudesse ser realizado sem preconceitos ou constrangimentos quando no acesso aos serviços de saúde pública.



adotavam cotidianamente, que não fossem agredidas verbal e fisicamente (o que, segundo muitas delas, quase sempre aconteciam nos hospitais e postos de saúde), que existisse política pública governamental para o treinamento dos profissionais de saúde no atendimento das travestis e transexuais, a fim de rapidamente tornar mais acessíveis tratamentos médicos voltados especialmente para travestis e transexuais no Sistema Único de Saúde Pública - SUS (tal como o tratamentos de redução de danos pelo uso de silicone industrial na “construção do corpo” das travestis ou então o processo de redefinição sexual/transgenitalização), a distribuição gratuita de camisinhas para a prevenção de DSTs/AIDS ou então a distribuição gratuita de retro virais para o tratamento das pessoas que vivem com o vírus HIV.

Os discursos das militantes apontavam a todo tempo para a “inclusão” das travestis no Sistema de Saúde Pública, assegurando que o direito à saúde, acessível a todos os cidadãos brasileiros a partir da constituição de 1988, fosse garantido também para elas, visto que muitas vezes, devido à “transfobia”⁶ que muitas delas sofriam, não conseguiam ser satisfatoriamente atendidas nas unidades de saúde. Como dito, outro traço bastante presente nos discursos das ativistas, - estando de certo modo relacionado à tônica da inclusão e garantia de direito à saúde - era a definição definitiva e assegurada de uma série de procedimentos e técnicas concernentes à saúde das travestis e transexuais em suas especificidades médicas, especialmente quando consideramos os tratamentos de redução de danos pelo uso de silicone industrial ou o processo de transgenitalização. É neste movimento entre afirmação de um valor de igualdade de direitos de saúde e na reafirmação de tratamentos de saúde específicos para as travestis e transexuais que se constitui, em certo sentido, um grupo social a partir de questões identitárias relacionadas aos diversos tipos de travestilidades⁷ e de experiências transgênero, exigindo direitos comuns a essa comunidade assim configurada, mesmo que, no interior de diferentes grupos ativistas e entre os próprios indivíduos que vivenciam estes processos, existam algumas diferenças que não podem ser ignoradas.

⁶ A “transfobia” é a discriminação e preconceito contra as pessoas transexuais, travestis e transgêneros, segundo as falas das ativistas no encontro. Desta maneira se configura como um “novo termo” nativo, utilizado politicamente no movimento social para especificar o tipo de discriminação vivenciada pelas “trans”, distinguindo e diferenciando-o em relação ao termo “homofobia”, considerado mais generalizante e de alguma forma mais vinculado aos homossexuais do sexo masculino.

⁷ As travestilidades se constituem enquanto processos identitários vivenciados pelas travestis para transformar seu corpo e sua subjetividade, visando tornar-se “femininas” tanto corporalmente quanto subjetivamente. (PELÚCIO, 2009).



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

Vários comentários no encontro faziam com que se entendesse que as diferenças entre as participantes do evento, entre as travestis, transexuais e transgêneros, eram diferenças importantes que não podiam ser desconsideradas e que estavam trabalhando de forma articulada e em intersecção, dependendo dos casos em questão. Os casos, narrados por diferentes participantes durante o encontro narravam experiências distintas destas intersecções e expressavam diferenças importantes tais como: o tempo de militância no “movimento trans” daquelas travestis com mais idade e as mais novas que começavam a militar naquele encontro; as diferenças entre as travestis que se prostituem por prazer ou para seu próprio sustento e aquelas que se ocupam de outras profissões; as diferenças entre aquelas que não conseguiram, por uma série de razões, seguir no sistema de ensino regular (a grande maioria delas em função de preconceito) e as que frequentam o ensino regular ou cursam ou são formadas em cursos superiores; ou então as diferenças entre as próprias travestis e, mais especificamente, as transexuais.

Ainda que o próprio movimento incluía dentro de seu âmbito de ações e discursos os “Três Ts” da sigla LGBTTT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros) fica claro que as discussões realizadas e o número de militantes no movimento são predominantemente de travestis. Esta dinâmica interna do movimento é bastante interessante se observamos que a definição do que sejam “as travestis” e “as transexuais” ou mesmo adoção do termo “transgêneros” em um contexto brasileiro e dentro do próprio movimento é inevitavelmente permeada por ambigüidades. Ainda que as travestis sejam o grupo de maior predominância, a própria definição do que seja “travesti” desliza sobre uma série de pressupostos não compartilhados por todas as “Ts” no movimento e também negociada no próprio contexto de vivências e individualidade.

De modo geral, em algumas das falas daquele encontro, ressaltava-se que a travesti seria aquela que realizou algum tipo de modificação corporal no intuito de tornar “feminino” um corpo antes “masculino”: iniciar o processo de “hormonização⁸” ou então aquela que “bombou⁹” alguma parte do corpo, por exemplo. Neste aspecto os discursos das participantes do encontro confirmam algumas das evidências que a

⁸ “Hormonização” é o termo utilizado para se referir a prática de ingestão regular de hormônios femininos sintéticos de modo a transformar hormonalmente um corpo masculino que vai adquirindo gradativamente algumas das características físicas “femininas” proporcionadas pelo hormônio estrogênio (PELÚCIO, 2009).

⁹ “Bombar” é o termo nativo utilizado para a prática regular de injeções de silicone líquido industrial em algumas partes do corpo como peitos, nádegas, coxas, cintura ou face para modelar o corpo arredondando-o, aproximando-o de formas físicas ditas, entre as travestis, como mais próximas das formas “femininas”.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

pesquisadora Larissa Pelúcio (2009) encontrou em campo em sua pesquisa etnográfica entre travestis na cidade de São Paulo. As travestis interlocutoras de Pelúcio afirmavam, em grande maioria, que travesti eram aquelas que já tinham realizado algum tipo de modificação corporal, ainda que não intencionassem fazer cirurgias de readequação sexual que extirpasse a genitália masculina. Mesmo com a variedade de processos potencializados através de diferentes vivências individuais destacava-se ainda assim a necessidade classificatória existente no movimento social que ali se manifestava, talvez influenciado pelo tipo de relação que estabelece com os governos para o estabelecimento de políticas públicas mais específicas, advindo daí a “obrigação” em definir quem são estes “indivíduos” e essa “população” a qual a política pública se destina.

Na pesquisa de Pelúcio (2009) a grande maioria de suas interlocutoras sentia-se satisfeita com seu genital e não pretendiam, de modo algum, “se livrar dele”. Inclusive uma das distinções entre travestis e transexuais, segundo muitas de suas interlocutoras, seria justamente a decisão das travestis em permanecer com seu órgão genital de nascimento - o que as definiria enquanto “travestis” e não como transexuais - e a necessidade que algumas sentiriam de “redefinir seu gênero”, através da cirurgia de readequação sexual, “tornado-se mulheres de verdade”, o que algumas travestis consideravam uma “loucura”. Ao mesmo tempo, se evidenciava neste terreno de ambigüidades, que não era o fato de realizar ou não a cirurgia de redefinição sexual que definiria uma pessoa como travesti ou transexual, mas sim o complexo processo de transformação subjetivo e identitário que cada uma vivenciava ao iniciar suas modificações corporais de modo à “feminilizar” seu corpo.

Construções e transformações do gênero, da sexualidade e do corpo

O processo de modificação corporal pelo qual passam as travestis para transformar seus corpos faz com que pensemos nas discussões problematizadas por Judith Butler em “Problemas de Gênero” (2003). Butler pode ser localizada como uma das autoras que articula uma “virada pós-estruturalista” significativa na teoria feminista, influenciado o que veio a se denominar de Teoria *Queer*. Caracterizando um terceiro momento nos estudos de gênero, onde a problematização entre gênero, sexualidade e



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

subjetividade toma lugar central nas elaborações de diversos autores, poderíamos sugerir, como aponta Berenice Bento (2006, p.80), que mesmo “emergindo” de debates no interior dos estudos de gênero a Teoria *Queer* cobraria um estatuto próprio onde a instabilidade de categorias tais como identidade, sexo e gênero são pressupostos incorporados nas análises de diferentes autores.

Butler, como expoente teórico tanto das teorias feministas deste terceiro momento, assim como da Teoria *Queer*, reflete sobre estas teorias avançando no esforço de desconstrução das categorias de “sexo” e “gênero” e da própria noção de “mulheres” como sujeitos do feminismo para refletir sobre a maneira como compreendemos o que seriam as “mulheres” de maneira geral. Partindo de debates desde o interior da teoria feminista sobre o gênero feminino como uma construção cultural sobre o sexo físico biológico – contexto no qual se inicia importante distinção entre sexo e gênero, descolando estas duas categorias, deixando de igualá-las como se fossem a mesma coisa – Butler vai desafiar esta suposição, desconstruindo as duas categorias e sugerindo outra articulação para a relação sexo/gênero. Seu desafio está em justamente suspeitar dos fundamentos do sistema binário de gêneros:

A hipótese de um sistema binário de gêneros encerra implicitamente a crença numa relação mimética de entre sexo e gênero, na qual o gênero reflete o sexo ou é por ele restrito. (...) Se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio construto chamado “sexo” seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nenhuma. Se o sexo é, ele próprio, uma categoria tomada em seu gênero, não faz sentido definir o gênero como uma interpretação cultural do sexo. O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado. (BUTLER, 2003, ps. 24-25)

A autora deixa explícita a afirmação em torno da idéia de que o gênero não seja “um reflexo” do sexo biológico previamente dado e sugere a possibilidade de mesmo o “sexo”, muitas vezes tido como um dado biológico inquestionável, ser uma construção discursiva sobre corpos diferenciados, sobre corpos “gendrados” pelo discurso e nas práticas sociais, reflexões que abrem espaço para pensarmos o gênero como uma construção social bastante contingente. Assim pode-se pensar também, a partir das discussões de Butler, de como o sexo e o gênero são categorias fluidas que são negociadas nas vivências e experiências das travestis. Sexo e gênero, ao não serem categorias fixas determinadas a partir de diferenciações biológicas, estão em constante



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

tenção no modo como as travestis constroem seus corpos de modo a torná-los mais femininos. O investimento específico que realizam as travestis é tornar seus corpos “femininos”, de acordo com normatizações culturais e sociais do que seja o “corpo feminino”, o comportamento e a gestualidade performativa do feminino, isto é, uma estilização repetida de atos e de intervenções corporais para reproduzir a “aparência social do gênero feminino”. As travestis tornam inteligíveis em seus corpos, até certo ponto, um gênero socialmente identificado com o “feminino”, mesmo que a inteligibilidade ali construída e constituída esteja atravessada por ruídos, descontinuidades e incoerências se consideradas as normas de gênero e sexualidade, que revelam justamente o processo de “fabricação” corporal e performativa para a criação do “gênero feminino”. Para Butler

gêneros inteligíveis são aqueles que, em certo sentido, instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo. Em outras palavras, os espectros de descontinuidade e incoerência, eles próprios só concebíveis em relação a normas existentes em continuidade e coerência, são constantemente proibidos e produzidos pela força das leis que buscam linhas causais ou expressivas de ligação entre sexo biológico, o gênero culturalmente construído e a “expressão” ou “efeito” de ambos na manipulação do desejo sexual por meio da prática sexual. (BUTLER, 2003, p. 38)

A pretensa continuidade entre sexo/gênero/desejo é uma relação que intencionaria fortalecer a naturalidade da heterossexualidade compulsória ao mesmo tempo em que proíbe e desloca para uma zona de abjeção os indivíduos que não se “enquadram” nas regras de coerência e continuidade por esta definida, deslizando para os espectros de descontinuidade e incoerência sugeridos por Butler. As travestis potencializam, ao se “localizarem” nesta zona de “abjeção” - com seu processo de modificação corporal e com sua performatividade feminina - uma descontinuidade e desordem nas regras de sexo/gênero/desejo. Estes processos são vivenciados de diferentes maneiras, seja ao existirem em seus corpos elementos anatômicos masculinos e femininos, ao configurarem sua “identidade de gênero feminina” e vivenciarem, algumas vezes, relações amorosas que são orientadas por padrões heteronormativos ou, em alguns casos, vivenciarem um “desejo homossexual” (travestis que continuam se considerando “homossexuais masculinos” que desejam homens ou então transexuais que se consideram “mulheres” e que desejam mulheres). A vivência e a produção da travestilidades das demais experiências transgêneros, que regem os gêneros nos próprios



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

corpos travestis e transexuais, se configuram numa tentativa de fazer inteligível o gênero feminino num corpo antes masculino através das tecnologias disponíveis (como os hormônios, o silicone líquido, as próteses ou as cirurgias) que são subvertidas para a desestabilização das normas sexo/gênero/desejo e do sistema binário masculino/feminino ao mesmo tempo em que reforçam, em algum sentido, alguns dos padrões heteronormativos.

O interessante nos discursos das participantes durante o encontro é que nos damos conta de que as travestis (pelo menos uma grande parte delas) não querem se tornar e não se consideram “mulheres” (e aqui se diferenciam das/os transexuais, que desejam através da cirurgia para modificação do sexo genital, tornar-se, dependendo do caso, “homens” ou “mulheres” reais). A iniciativa imbricada em sua constituição enquanto travesti seria em alguns casos, ao se considerarem homossexuais, “passarem por mulher”. A criação da aparência feminina (através das modificações corporais) é o principal investimento no surgimento de uma travesti, constituindo uma “construção do feminino” (BENEDETTI, 2005). Explicitando assim o gênero enquanto construção, que se negocia nas práticas sociais, as experiências das travestis apontam no sentido de criação de um “gênero próprio”, mesmo que se mantenham imersas em valores pertencentes a uma heterossexualidade normalizadora. Ao reencenarem repetidamente uma performatividade tida socialmente como “feminina”, e ao repetirem gestos estilizados que reproduzem também padrões comportamentais norteados pela lógica heteronormativa, subvertem, com limites, as normas que regem as relações entre gêneros. Essas infundáveis repetições funcionam como citações, e cada ato é uma citação daquelas verdades estabelecidas para os gêneros, tendo como fundamento para a sua existência a crença de que são determinados pela natureza (BENTO, 2006, p. 90).

Algumas das falas de participantes no encontro regional sul e, de modo mais explícito, as falas das ativistas que se constituíam enquanto lideranças no movimento deixavam claro que não era o fato de ter realizado ou não a cirurgia de redefinição sexual que as definiam enquanto travesti ou a transexual, mas sim sua identificação com o “universo trans” (PELÚCIO: 2009) que demarcava tal empreendimento, um processo de identitário subjetivo que fazia com que algumas delas se identificassem enquanto travestis e outras enquanto transexuais. Uma das falas de uma destas lideranças inclusive apontava a existência de travestis que teriam realizado o processo de



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

redefinição sexual que permaneciam se identificando enquanto travestis ou então indivíduos que iniciaram o processo de modificação corporal através de hormônios e silicone não tendo realizado a cirurgia e que se identificavam como transexuais, ou ainda aquelas que não realizaram nenhum tipo de modificação corporal ou cirurgia e que se auto-identificavam como travestis. Estas variáveis revelam a ambigüidade existente nos processos de nomeação e definição do que seja a “travesti”, a “transexual” ou o “transgênero”, contexto no qual o tentador perigo essencializante em classificar fixamente estas categorias e processos de identificação se desenvolve.

Ciladas da essencialização e as intersecções entrecruzadas

Mesmo com a fluidez destes processos de constituição de sujeitos, em que diferentes modos de subjetivação estão em jogo para definição identitária pessoal, pode-se notar que as definições das categorias identitárias dentro do próprio movimento estão em disputa a todo o tempo, constituindo-se em contextos de negociação e tensão entre os próprios indivíduos que vivenciam subjetivamente estes mesmos processos de construção identitária. Considerada a fluidez destes modos de subjetivação, onde o que é “travesti” e o que é “transexual” não se definiria somente por marcadores corporais, mas também através de processos de subjetivação identitários individuais, torna-se um paradoxo o fato de que as diferenças entre travestis e transexuais sejam tão freqüentemente e fortemente assinaladas nos espaços do movimento, como no encontro que se realizava naquela cidade.

Algumas das falas no encontro reafirmavam as diferenças entre as travestis, tão fortemente presentes no movimento, e as transexuais, que sempre estavam em menor número. A diferença era reafirmada ainda justamente por que a lutas que se realizavam e exigências feitas para o campo dos direitos aos serviços saúde, por exemplo, diziam respeito e abrangiam a todas aquelas que se identificavam como travestis e/ou transexuais, sendo estendidos mesmo para aquelas que não faziam parte diretamente do movimento regional ou nacional. Muitas vezes o paradoxo perde sua força ou até mesmo deixa de existir no âmbito do ativismo, dinâmica esta talvez relacionada ao fato de que exista uma necessidade classificatória no próprio movimento, de modo que se



possam definir linhas e alianças políticas, principalmente quando se trata de se relacionar e exigir ações a favor de suas demandas nas esferas governamentais.

Esta dinâmica pode apontar para o fato de que, para exigir direitos assegurados na constituição, estes indivíduos necessitem reafirmar uma identidade coletiva, reafirmar que têm questões em comum, para que possam acessar estes mesmos direitos e garanti-los para todos. Mas ainda assim, ao afirmar as diferenças, ainda que se resguarde a igualdade no sentido de garantir direitos, elas podem cair numa dinâmica quase sempre observada nos novos movimentos sociais, agrupados a partir de processos identitários, sobre a qual comenta Antônio Flávio Pierucci, quando se refere ao movimento feminista:

Elas tinham caído numa das ciladas da diferença, a saber: a fixação do olhar na diferença pode terminar em fixação essencializante de uma diferença (...). Um essencialismo diferencialista, ou melhor, um diferencialismo essencialista aferrado ao irredutível de uma diferença coletiva (...) (PIERUCCI, 1998, p. 127)

Ao fixar-se numa diferença poderíamos cair numa essencialização destas mesmas diferenças ao mesmo tempo em que são secundarizadas as igualdades, num movimento que geralmente é observado nos grupos articulados a partir de processos identitários. Sobre este tema também comenta a pesquisadora Berenice Bento (2006) ao afirmar que

os movimentos que se organizam em torno das identidades sexuais, embora ponha em relevo uma “nova” faceta da dominação do sistema, estruturam-se a partir de sujeitos que compartilham entre si os mesmos elementos identitários, reabilitando o tema das identidades essencializadas. Talvez este seja o maior dilema das identidades coletivas. Como trabalhar com as diferenças e, ao mesmo tempo, forjar um programa de atuação política? Quais são as ciladas da igualdade? E quais são as da diferença?” (BENTO, 2006, p.82)

Este embate paradoxal entre igualdade e diferença vem sendo explorado como eixo das análises de Joan Scott (2005) em muitos artigos e livros. Ela evidencia como o paradoxo poderia ser “insuperável”, sendo talvez o próprio motor de mudanças nas maneiras como percebemos as igualdades e as diferenças, sejam entre as mulheres, sobre as quais escreve a autora, seja entre os “homossexuais” em movimentos de matriz identitária. Ao longo de suas elaborações observamos que continuamente ela reforça que a compressão das relações entre igualdade e diferença tem de ser consideradas em constante e necessária tensão, onde muitas vezes ocorrem polarizações, mas que podem



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

se configurar igualmente como brechas para produção de novas discussões, produzindo novas diferenças que rendem novas formas de concebermos a sexualidade e o gênero.

A dinâmica em torno da afirmação da igualdade de direitos perante as leis, reafirmando discursos da cidadania, também são questionados por Joan Scott em seus limites, evidenciando como o universalismo pretendido nos “ideais de cidadania” pode ser colocado em xeque por situações e por indivíduos que vivem à margem destas universalidades, justamente por que o universalismo está baseado numa concepção individualista moderna que “homogeneíza” um tipo específico de sujeito e subjetividade. O questionamento suscita mais perguntas, levando ao paradoxo dicotômico entre coletividades e individualidades, fazendo-nos refletir até que ponto direitos individuais podem sobrepor-se aos direitos de grupos e coletividades, constituídos em embates e lutas políticas por reconhecimento, como é o caso do movimento feminista e dos movimentos LGBTTT:

Grupos ou indivíduos? Na atualidade essa questão é posta como uma escolha clara. Se você seleciona um, ignora o outro. Alguns argumentam que grupos impedem de tratar os outros como indivíduos. Os indivíduos devem ser avaliados por eles mesmos, não por características atribuídas a eles como membros de um grupo. A igualdade só pode ser implementada quando os indivíduos são julgados como indivíduos. Essa é uma posição frequentemente legitimada por interpretações rígidas da Constituição e da Carta de Direitos, as quais tomam a igualdade para significar simplesmente a presumida igualdade de indivíduos perante a lei. O outro lado diz que os indivíduos não serão tratados com justiça (na lei e na sociedade) até que os grupos com quais eles são identificados sejam igualmente valorizados. Enquanto o preconceito e a discriminação permanecerem, argumentam os partidários dessa posição, os indivíduos não serão todos avaliados de acordo com os mesmos critérios; a eliminação da discriminação requer atenção ao status econômico, político e social dos grupos. (SCOTT, 2005, pg. 13)

Aqui se abre uma situação paradoxal onde a oposição grupos *versus* indivíduos parece ser uma configuração insuperável, pois ao término do debate nunca poderemos escolher entre um ou outro termo. Nunca um indivíduo poderia ser tomado somente a partir de um tipo de identificação, seja ele mulher, negro, gay ou travesti; ele pode ser tudo isto ao mesmo tempo, pois se configura como tal no espaço de diferentes intersecções identitárias (BRAH, 2006). A constituição de identitária das travestis e transexuais configura-se necessariamente através de inúmeros marcadores de diferenças que são cruciais para ao entendimento de suas demandas políticas e de saúde e que estão perpassadas inevitavelmente pelo movimento paradoxal entre igualdade e diferença no debate sobre estas questões no terreno de definição de políticas públicas para esta



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

população. As possibilidades de acesso e agência (*agency*) destes indivíduos perante estas políticas também está perpassado por inúmeras variantes ambíguas e contingentes, pois cada indivíduo “lida” com estas políticas de acordo com as diferenças que permeiam sua configuração enquanto sujeitos. As articulações entre diferenças marcam os lugares e situam travestis e transexuais em seu acesso ou não às políticas públicas voltadas para esta “população”.

De modo geral, no encontro do qual participei, as travestis e transexuais eram pessoas que viviam e que se constituíram enquanto sujeitos na intersecção de inúmeras diferenças: diferenças por tempo de militância e inserção ou não no movimento social; diferenças geracionais; diferença entre as mais e as menos transformadas corporalmente; diferenças entre as ativistas das ONGs e grupos do movimento e as que estão se prostituindo nas ruas; diferenças entre aquelas que já trabalharam no mercado sexual europeu e as que se permanecem no Brasil; diferenças e disputas entre as donas de pensão que “conduzem” as mais novas e recém transformadas e as que trabalham em outras ocupações formais e informais, etc. Na articulação favorável ou desfavorável entre estas diferenças, a grande delas maioria se vê em posições inferiorizadas que as impedem de acessar os “benefícios da cidadania” pretendidos pelas políticas públicas, com efeitos concretos em sua inserção no mercado de trabalho formal, no sistema educacional e no sistema público de saúde.

De maneira distinta as ambigüidades do processo de “conversão” das travestis e transexuais em cidadãs, que articula a diferenças entre elas de maneira distintas, são também bastante contraditórias, pois abrem espaços de negociação e agência para alguns sujeitos (PISCITELLI, 2008, p. 272), principalmente nos contextos em que se articulam os diálogos e tensões entre governos e movimentos sociais. Principalmente aquelas que fazem parte do movimento e são ativistas ou então aquelas que são atendidas mais diretamente como “público alvo” destes grupos do movimento (as travestis agentes de saúde, por exemplo) conseguem negociar e tem agência nos processos de acesso e em sua constituição enquanto “cidadãs”, obtendo documentos legais, acessando o sistema de saúde pública, voltando a estudar e deixando trabalhar no mercado sexual. Ao mesmo tempo em que efeitos desfavoráveis advindas do entrecruzamento de diferentes intersecções trabalham para limitar o acesso de muitas delas, podem também abrir possibilidades de agência para algumas, a partir de suas



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

experiências individuais de/no ativismo como sugere Avtar Brah (2006) em relação às experiências do movimento feminista. As intersecções suscitam tensões a partir da articulação de diferenças que trabalham de maneira diferente de acordo com as experiências dos sujeitos, orientando suas “localizações” neste jogo.

Retomando a argumentação de Scott (2005) sobre as dinâmicas entre diferenças que parecem irreconciliáveis, é uma incongruência ter que escolher entre um dos termos (entre igualdade e diferenças), mesmo que debates atuais insistam na necessidade de adotar uma das posições no jogo político do ativismo, como no caso das políticas afirmativas de cotas para negros ou serviços de saúde específicos para travestis e transexuais. Para a autora grupos e indivíduos são indissociáveis, não são categorias que poderiam ser tomadas como entidades autônomas. A autora sugere que indivíduos e grupos, que igualdade e diferença não são opostos, mas conceitos interdependentes que estão necessariamente em tensão e que é isto justamente o que provoca movimento e mudança histórica, articulando novas maneiras de entender gênero e sexualidade e até mesmo a política em torno destas categorias. Em sua argumentação a autora afirma que os processos identitários são processos complexos e suscetíveis de transformações, assim como a política em torno destas questões também é transformável. É justamente a tensão suscitada por um paradoxo insuperável que impulsiona as transformações políticas e históricas nestas relações sociais e na própria teoria que busca compreender estes processos.

Paradoxos da Cidadania: as travestis e transexuais diante do SUS

Nestas conjecturas, ainda que existam importantes diferenças entre variadas experiências individuais estas ficariam em segundo plano de modo a poder reafirmar a existência de uma população homogênea, mas que têm especificidades bastante destacadas quando se referem à saúde, por exemplo. Muitas das participantes do encontro afirmavam ser preciso existir uma grande pressão que o movimento LGBTTTT devesse exercer para assegurar que os governos viabilizassem o direito das travestis e transexuais de serem atendidas dignamente nas unidades de saúde públicas. Enquanto algumas intervinham afirmando ser preciso desenvolver leis específicas para que esse atendimento fosse assegurado, isto é, leis específicas que fossem elaboradas para



atender uma população com necessidades específicas, outras intervinham afirmando ser desnecessário exigir a elaboração de leis específicas para o seu atendimento, pois o acesso aos serviços de saúde estava previsto e garantido a todos os cidadãos - entre os quais também estavam incluídas obviamente as travestis e transexuais - desde a constituição de 1988, conquista importante após o fim do regime militar. Uma das posições tendia a ressaltar a diferença e a outra a igualdade.

A pesquisadora Larissa Pelúcio (2009) comenta este processo problemático de incorporação das travestis e transexuais nos discursos e práticas da cidadania, revelando como a “implementação de um discurso cidadão” explicita suas evidentes limitações quando se trata de comprovar como as travestis têm dificuldades reais em garantir seus direitos, desde questões mais simples, como a obtenção de um documento de identidade, até os procedimentos mais complexos, como uma cirurgia para a readequação sexual, garantida hoje como parte do atendimento e procedimentos públicos vinculados ao SUS. A mesma autora comenta ainda sobre o processo de “conversão” das travestis à cidadania por meio da adesão ao sistema de saúde público, onde muitas vezes esta conflituosa relação é articulada através das políticas de saúde para prevenção de DSTs/AIDS (processo que a autora denomina *SIDAdanização*¹⁰), onde a dinâmica de atrelamento das travestis ao sistema de saúde público está vinculada à sua conversão a modelos e a condutas identificadas com os valores modernos de cidadania, estranhos, na maioria das vezes, às travestis, pois vinculados ao protagonismo e a “reflexão crítica” sobre condutas individuais. Pelúcio identifica que muitas vezes a lógica incutida no debate sobre a prevenção vem carregada de valores modernos identificados com a ideologia da cidadania, no sentido de responsabilizar individualmente pessoas por condutas consideradas de risco no contexto das práticas sexuais (como sexo sem a utilização do preservativo), o que nem sempre, segundo ela, está presente na maneira de viver e trabalhar da maioria das travestis com quem teve contato.

Talvez as contradições e conflitos, quando se trata de garantir que um direito se efetive para as travestis, estejam no fato de que o Estado ao mesmo tempo em que

¹⁰ SIDA: acrônimo mais utilizado no restante da América Latina para a Síndrome de Imunodeficiência Adquirida, mais conhecida entre nós pela sigla AIDS. Então, a definição de Larissa Pelúcio (2009) para *SIDAdanização* poderia ser tomada como o processo de conquista da cidadania obtido somente através do sistema preventivo oficial de DST/AIDS no caso da maioria das travestis.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

diferencia uma população LGBT¹¹ em seus documentos oficiais, definindo políticas públicas específicas no Sistema Único de Saúde (como o acesso gratuito ao tratamento psiquiátrico e cirúrgico de readequação sexual¹²), também homogeneiza as condições de vida desta população, além de deixar de investir recursos financeiros em outras políticas de combate à homofobia ou na qualificação dos profissionais de saúde para que atendam este público nas unidades de saúde. As condições de vida desta população nem sempre são levadas em conta quando se trata de definir políticas públicas. Uma das grandes “reclamações” no encontro era o fato de que, mesmo com cartilhas de educação editadas pelo Governo Federal para sensibilizar os profissionais de saúde¹³, nada mudava quando se referia ao atendimento, pois estas cartilhas geralmente ficavam empilhadas nos centros de saúde sem serem lidas ou utilizadas pelos profissionais de saúde, e elas continuavam sendo tratadas, na maioria dos estados, com descaso e/ou “transfobia”.

Algumas considerações: necessidade de novas concepções de saúde na definição de políticas públicas.

E assim o paradoxo assinalado por Joan Scott é reafirmado a todo o momento: ao mesmo tempo em que existe a reivindicação de políticas de saúde próprias - a exigência da garantia de direitos especiais para uma comunidade especial que precisa de um atendimento especial (como a política de redução de danos pelo uso do silicone líquido industrial, de atendimento pelo nome social, as cartilhas voltadas para os profissionais

¹¹ O Governo Federal, na gestão de Luís Inácio Lula da Silva, incorporou o termo “População LGBT” (Lésbicas, Gays, Bissexuais e transexuais) em seus documentos oficiais ao se referir no tópico de seu “Programa de Ação ao Direito à Saúde: consolidando um atendimento e tratamentos igualitários” (p.23), parte de seu Programa “Brasil sem Homofobia”. Disponível em: http://portal.mj.gov.br/sedh/documentos/004_1_3.pdf, acessado em 20 de maio de 2011.

¹² O Ministério da Saúde aprovou através da Portaria nº 457, de 19 de Agosto de 2008 a Regulamentação do Processo Transexualizador no âmbito do Sistema Único de saúde – SUS. Portaria disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/sas/2008/prt0457_19_08_2008.html, acessado em 20 de maio de 2011.

¹³ Uma destas campanhas tinha como *slogan* a frase “Sou travesti. Tenho direito de ser quem eu sou” estava voltada a três tipos de públicos (população em geral, educadores e profissionais de saúde) com abordagens distintas e é composta por cartazes e folder informativos. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/travestis>, acessado em 20 de maio de 2011. Folder voltado para os profissionais de saúde: http://www.aids.gov.br/sites/default/files/anexos_campanhas/2010/42748/folhetoprofsaude.pdf, acessado em 20 de maio de 2011. Cartilha para travestis: http://www.aids.gov.br/sites/default/files/anexos_campanhas/2010/42751/cartilha.pdf, acessado em 20 de maio de 2011.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

da saúde, etc.) - ficam evidentes também as diferenças configuradas nas intersecções identitárias entre as próprias travestis e transexuais: as mais novas e as mais velhas, aquelas que estão menos ou mais transformadas, as que são militantes e as que não são, as diferenças entre o movimento LGBTTTT e o nascente “movimento Trans” - ressaltando assim a impossibilidade de passar por cima das diferenças para reafirmar uma homogeneidade e exigir direitos. Nas dinâmicas de um movimento social que articula políticas de identidade diferenciadas entre si, sempre se esbarra no fato de que para exigir mudanças tem-se de reafirmar, até certo ponto, “identidades LGBTTTT homogêneas” - por mais paradoxal e contraditório que isto possa ser a princípio pelas próprias segmentações identitárias implicadas na sigla - para que se possam acessar direitos garantidos na constituição, mas que na prática não são “garantidos” de forma massiva pelo Estado, revelando as lacunas nos discursos e práticas referentes à “cidadania” no Brasil.

O que estas políticas públicas vão implicar implicitamente, através da “transformação das travestis em cidadãs”, por meio do acesso ao Sistema Único de Saúde, é que este processo só possa se efetivar com sucesso caso estes indivíduos apresentem-se como uma “comunidade homogênea”, com demandas de saúde idênticas. Neste contexto, como procurei abordar aqui, as discussões pós-estruturalistas sobre a conformação de identidades abertas e posicionais ainda “esbarram” numa contradição existente entre a realidade social das travestis e as políticas de saúde pública elaboradas pelos governos. Como dito, outras questões deveriam ser levadas em conta quando se trata de definir políticas de reconhecimento e políticas públicas específicas para determinadas populações “excluídas”.

Poderíamos supor talvez que os governos desconsiderem que para o extermínio da discriminação e do preconceito contra os LGBTTTT se requeira atenção especial ao status econômico, político e social dos grupos visados nas políticas elaboradas e apresentadas, como sugere perspicazmente Joan Scott (2005, p.13) ao analisar os paradoxos configurados nos meandros entre igualdade e diferença nestes movimentos sociais de matriz identitária. Esta situação só poderia ser superada caso o contexto social de “exclusão” destes indivíduos fossem conseqüentemente tomadas como centrais na elaboração de políticas públicas que “equiparassem” os direitos dos “diferentes cidadão e cidadãs” e que considerassem suas especificidades desde o princípio dos debates. Ao



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

mesmo tempo fica evidente que, a pesar da dinâmica de inclusão de determinados procedimentos no âmbito de serviços previstos no SUS, essa inclusão só se realiza a partir do momento em que se identifica uma determinada “doença” (distúrbio de identidade de gênero) que precisa de um tratamento gratuito regulamentado (tratamento psiquiátrico e cirúrgico de readequação sexual), fazendo assim que se retorne ao problemático debate a respeito da patologização das sexualidades que se configuram as margens dos valores centrais da heteronormatividade.

O poder público ainda se rege por uma concepção de saúde pouco abrangente e limitadora, evidenciando a necessidade de que se realizem debates mais aprofundados a respeito de concepções de saúde mais holísticas, talvez apontando para uma dimensão de cuidados e técnicas que englobem não somente o tratamento do que se considera enquanto “doença” (distúrbio de identidade de gênero) ou então de políticas públicas que tratem somente de aparentemente neutralizar determinadas práticas consideradas de “risco” para a difusão de doenças contagiosas, vinculadas a uma determinada população (como as campanhas de prevenção de DSTs/AIDS entre as travestis e transexuais). O debate poderia ser mais produtivo caso as concepções de saúde se voltassem para contexto de inclusão e de promoção, ao invés de privilegiar a prevenção, a intervenção médica e a medicalização, e ampliasse o âmbito de suas atribuições. Este debate está ainda em aberto e passível a realização de novas reflexões ainda por vir, seja em contextos acadêmicos ou entre os debates realizados a partir do ativismo em suas relações e negociações com as esferas governamentais.

Referências:

- BENEDETTI, Marcos. **Toda feita**. Rio de Janeiro: GARAMOND/CLAM, 2005.
- BENTO, Berenice. **A (re)invenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: GARAMOND/CLAM, 2006.
- BRAH, Avtar. **Diferença, diversidade, diferenciação**. In: Cadernos Pagu (26), Campinas: pp.329-376, janeiro-junho de 2006.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.
- PELÚCIO, Larissa. **Abjeção e Desejo - uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids**. 1. ed. São Paulo, SP: Editora Annablume, 2009.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

PIERUCCI, Antônio Flávio. **Ciladas da Diferença**, São Paulo: Editora 34, 1998.

PISCITELLI, Adriana. **Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras**. In: Sociedade e Cultura: Revista de Pesquisas e Debates em Ciências Sociais / Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Sociais, v. 11 n.2, p. 263 a 274 (jan./jun., 2008). Goiânia: UFG, 2008.

SCOTT, Joan. **O enigma da igualdade**. In: Revista Estudos Feministas – CFH/CCE/UFSC, Florianópolis, 13(1): janeiro-abril/2005.

Bibliografia consultada:

BENTO, Berenice. **Transexualidade oficial às transexualidades**. In: Piscitelli, A.; Gregori, M.F.; Carrara, S. (org) Sexualidade e Saberes: Convenções e Fronteiras, Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2004.

BUTLER, Judith. **Los cuerpos que importan In: Cuerpos que importan – sobre los limites materiales y discursivos Del “sexo”**. Buenos Aires: Paidós, 2002.

KULICK, Don. **Travesti: sex, gender, and culture among brazilian transgendered prostitutes**. Chicago: The University of Chicago, 1998.